

A PAISAGEM E A INTERVENÇÃO EM SÍTIOS HISTÓRICOS

Palavras-chave: arquitetura, paisagismo, intervenções.

Resumo

A paisagem como elemento permanente na intervenção arquitetônica e a consideração desta como parte integrante das questões projetuais é a premissa para o desenvolvimento deste artigo que trata da interligação de duas disciplinas: Paisagismo e Intervenções em Sítios Históricos, ministradas em curso de graduação na área de arquitetura e urbanismo. Uma iniciativa que busca fazer com que o alunato tanto perceba a paisagem como um bem maior, que envolve todas as preexistências do meio urbano construído, e neste caso um bem cultural, quanto o prepara conceitualmente para a intervenção nesta paisagem de forma contemporânea. Conceitos de Brandi (2004) e recomendações das Cartas Patrimoniais (CURY, 2000) fornecem a base para a construção desta colaboração entre as disciplinas citadas. Metodologicamente são utilizadas tanto as diretrizes sugeridas por Leitão (2008) como os aspectos de intervenção em áreas históricas apontados por Gracia (1992) e conceitos relativos a identidade cultural sugeridos por Hall (2006).

Abstract

The landscape as a permanent element of architectonic intervention and its consideration as an integral part of project enquiry are the premises for the development of this article which deals with the interconnection of two subjects: Landscaping and Interventions in Historical Sites, which are taught in undergraduate courses in the field of Architecture and Urbanism. This is an initiative which aims at making students perceive the landscape as a higher property, which involves all the pre-existing aspects of the constructed urban environment, and in this case a cultural property, as well as conceptually preparing them for intervention in this landscape in a contemporary manner. Concepts by Brandi (2004) and recommendations from the Urban Conservation Charters (CURY, 2000) provide the basis for the construction of this collaboration between the afore mentioned subjects. Methodologically, both the directives suggested by Leitão (2008) as well as the intervention aspects in historical sites pointed out by Gracia (1992) and concepts related to cultural identity suggested by Hall (2006) are used in this work.

Resumen

El paisaje como elemento permanente en la intervención arquitectónica y la consideración del mismo como parte integrante de las cuestiones proyectuales es la premisa para desarrollo del presente artículo, que trata la interconexión de dos disciplinas: Paisajismo e Intervenciones en Sítios Históricos, impartidas en el grado de arquitectura y urbanismo. Una iniciativa que busca

tanto que los discentes perciban el paisaje como bien mayor, que involucra todas las preexistencias del medio urbano construido, y en tal caso un bien cultural, como prepararlos conceptualmente para la intervención en éste paisaje de forma contemporánea. Conceptos de Brandi (2004) y recomendaciones de las Cartas Patrimoniales (CURY, 2000) suministran la base para la construcción de tal colaboración entre las disciplinas mencionadas, en la cual metodológicamente se utilizan tanto las directrices sugeridas por Leitão (2008) como los aspectos de intervención en zonas históricas apuntados por Gracia (1992) y conceptos relativos a la identidad cultural sugeridos por Hall (2006).

Trabalhando horizontalidades. A interligação de disciplinas

Este texto trata da interligação e desenvolvimento de duas disciplinas, pertencentes a um mesmo período, existentes em curso de graduação na área de arquitetura e urbanismo. A primeira disciplina trata de intervenções arquitetônicas em sítios históricos e a segunda do paisagismo, suas abordagens e formas projetuais. A premissa para o desenvolvimento do trabalho conjunto entre as duas disciplinas é apresentar ao aluno a paisagem como elemento permanente nas análises para uma intervenção arquitetônica e a consideração desta como parte integrante das questões relativas à elaboração de projetos arquitetônicos.

A paisagem escolhida, na qual se insere a disciplina de Intervenções em Sítios Históricos, é aquela instituída legalmente como histórica, situada em áreas de preservação demarcadas pela municipalidade ou mesmo no entorno de monumentos tombados a nível federal. A escolha justifica-se pelo entendimento de que o patrimônio cultural de um lugar é composto primordialmente de um conjunto de bens materiais e imateriais que constituem os valores de ordem cultural de uma sociedade. Além disso, considera-se que no conjunto destes bens encontra-se o patrimônio construído - imóveis, sítios urbanos, monumentos etc –, considerado o palco das manifestações artístico-culturais, que traduzem a identidade de um povo e conseqüentemente, a partir do entendimento deste conjunto, sua paisagem. A paisagem é vista assim como um todo em um meio urbano e tanto as disciplinas de Paisagismo quanto Intervenções em Sítios Históricos vêm tratar deste todo.

Partindo do entendimento dos diversos componentes morfológicos e simbólicos presentes no sítio escolhido, o exercício prático final destas duas disciplinas consiste em uma intervenção na paisagem histórica existente por meio da elaboração de um edifício conjuntamente com a proposta de intervenção paisagística na área pública imediatamente contígua à edificação projetada.

Conceitos trabalhados antecedem propostas

Como base conceitual, para o desenvolvimento das disciplinas citadas, são utilizadas inicialmente as recomendações das Cartas Patrimoniais (CURY, 2000), assim como os conceitos de Cesare Brandi (2004). Dessa forma, é possível compreender a importância da preservação do patrimônio construído e da sua paisagem. Entende-se que a preservação do patrimônio construído é atualmente um reflexo de posturas internacionais que apontam, em documentos diversos, a necessidade da preservação e conservação destes bens. Através destas leituras percebe-se que o paisagismo, muito mais que a intervenção apenas em jardins, remete ao estudo dos diversos elementos que compõem o espaço urbano. Para tal entendimento é válido ressaltar o conceito de paisagem segundo a Recomendação Europa, documento de 1995(CURY, 2000):

Expressão formal dos numerosos relacionados existentes em determinado período entre o indivíduo ou uma sociedade e um território topograficamente definido, cuja aparência é resultado de ação ou cuidados especiais, de fatores naturais e humanos e de uma combinação de ambos.

Apresentam-se também outros documentos presentes nas Cartas Patrimoniais (CURY, 2000) como, por exemplo, a Carta de Veneza (1964), o Compromisso de Brasília (1970), o Compromisso de Salvador (1971), dentre outros, no qual o Brasil é signatário. Toda essa documentação reforça o compromisso de preservação do patrimônio construído e conseqüentemente da sua paisagem. Ressalta-se, inclusive, que, segundo a Declaração de Amsterdã (1975), a conservação do patrimônio arquitetônico deve ser considerada como objetivo maior do planejamento das áreas urbanas, pois, conservar e preservar o patrimônio são uma forma de manter viva a identidade cultural de uma dada sociedade. Legislações locais e nacionais de proteção ao patrimônio também são abordadas, não apenas para sua aplicação, mas, demonstrando como a partir das posturas apontadas elas são hoje pouco eficazes, frente à demanda e o adensamento das cidades.

Assim, intervir na paisagem considerada histórica é também estabelecer um compromisso com a preservação e conservação desta paisagem de forma tal que seja mantida a sua identidade.

Entende-se, portanto, que as identidades são *formadas e transformadas no interior da representação*(Hall, 2006, p. 48), ou seja, nelas há um conjunto de significados presentes em uma cultura na forma em que todas as suas manifestações (e neste caso entende-se todas as manifestações culturais, inclusive a arquitetura e o conjunto da paisagem da cidade) são representadas. Vale ressaltar que a identidade para Hall (2006) está estreitamente envolvida no processo de representação, onde:

O tempo e o espaço são também as coordenadas básicas de todos os sistemas de representação. Todo meio de representação – escrita, pintura, desenho, fotografia, simbolização através da arte ou dos sistemas de telecomunicação. Assim, a narrativa traduz os eventos numa sequência temporal “começo-meio-fim”; os sistemas visuais de representação traduzem objetos

tridimensionais em duas dimensões. Diferentes épocas culturais têm diferentes formas de combinar essas coordenadas espaço-tempo (HALL, 2006, p.70).

A arquitetura apresenta-se assim como meio de representação no processo em que se constroem as identidades urbanas.

Método e estudos preliminares sobre o sítio. Construindo em preexistências

Antes da elaboração da intervenção, propõe-se inicialmente o estudo da área a ser realizado pelos alunos. Este estudo é amparado pelas diretrizes propostas por Leitão (2008), que sugere uma metodologia de análise do espaço público e sua paisagem. Já a intervenção propriamente dita é dirigida pelas premissas constantes em Gracia (1992), no livro *Construir em Lo Construído*, utilizando-se principalmente da leitura feita por Andrade Junior (2006) deste autor.

Todos os autores, a sua maneira, abordam as questões relativas a intervenções em preexistências, Leitão (2008) trata das preexistências ambientais de uma maneira geral, visto que qualquer intervenção arquitetônica sempre acontece em preexistências ambientais. Gracia (1992) e Andrade Júnior (2006) tratam das preexistências possuidoras de valores históricos ou artísticos.

Compreende-se, então, que para intervir em preexistências se faz necessário conhecer o sítio de intervenção. Para tal, Leitão (2008) estabelece diretrizes de análise do espaço público urbano no qual se vai intervir. As diretrizes fornecidas por Leitão (2008), expostas a seguir, fundamentam a construção pelos alunos de um diagnóstico de análise do sítio compreendido como preexistência.

- a) **Conhecer, exaustivamente, a área onde se vai intervir**, detendo um número significativo de informações relevantes sobre a área tais como: análises visuais, funcionais, topográficas, afetivas, etc. Dessa forma, aquele que projeta evita realizar projetos dissociados das reais funções as quais o espaço é destinado.
- b) **Compreender as necessidades urbanísticas**, compreendendo que cada espaço público urbano atende (ou irá atender) a necessidades urbanísticas específicas, seja no âmbito local, das pessoas que ali habitam ou utilizam daquele espaço, seja no âmbito da cidade, caso este espaço tenha maior interação com outras áreas. Essa compreensão visa evitar o projeto de áreas públicas ociosas ou equivocadas.
- c) **Analisar as características do entorno**, considerando que nas características morfológicas e funcionais do entorno da área pública a se intervir encontram-se as especificidades do lugar. Compreende-se assim a paisagem do entorno imediato em sua completude, considerando funções e imagem do sítio. Esta análise garante a apreensão da imagem e da função do entorno construído.
- d) **Considerar a evolução urbana da praça** (ou do espaço público a ser trabalhado, como é compreendido no desenvolvimento das disciplinas), entendendo que cada lugar a se intervir possui uma história própria a se considerar. Onde aspectos

simbólicos relativos a evolução urbana do sítio devem ser considerados na montagem de uma partido a ser adotado. O projeto elaborado compromete-se assim a transmitir a gerações futuras aspectos da cultura do lugar.

- e) **Avaliar as funções existentes e potenciais da praça** (ou do espaço público a ser trabalhado, como é compreendido no desenvolvimento das disciplinas), analisando-se com rigor quais as reais funções que o espaço deve exercer – como, por exemplo: estar, lazer, contemplação, etc.. Objetivando a maior utilização possível do espaço projetado.
- f) **Identificar quem é o usuário da praça** (ou do espaço público a ser trabalhado, como é aqui compreendido no desenvolvimento das disciplinas), considerando o perfil social daqueles que irão utilizar o espaço a ser projetado, pretendendo-se assim desenvolver um perfil adequado dos usuários para que o projeto elaborado possa atender sua demandas.
- g) **Investigar a dimensão simbólica do lugar** identificando valores afetivos que possam existir em torno do sítio ou do lugar a ser trabalhado. Valores estes que materializam parte da história pessoal e/ou coletiva dos habitantes do lugar ou mesmo da cidade. Promovendo-se uma ação projetual que contemple e leve em consideração os valores simbólicos envolvidos.

Assim, a intervenção a ser realizada é antecedida de uma análise morfológica de um sítio demarcado onde são identificados e estudados elementos como: usos e atividades das edificações, tipos arquitetônicos existentes, estado de conservação e ano de construção dessas edificações, áreas de sombras, fluxos e hierarquia de vias, vegetação, usos informais que ocorrem no cotidiano do espaço, bem como os marcos e os aspectos simbólicos que caracterizam o sítio.

A partir da demarcação de uma área de estudo no sítio histórico a ser trabalhado, esta análise é realizada em forma de diagnóstico e metodologicamente é desenvolvida a partir da estrutura demonstrada na tabela que se segue (figura 1) desenvolvida pelas professoras a partir do entendimento de Leitão (2008) e vivência profissional na área de estudo.

Diretrizes (LEITÃO, 2008)		Ações sugeridas para o desenvolvimento do diagnóstico	Produto solicitado
Conhecer, exaustivamente, a área onde se vai intervir	<i>Considerar a evolução urbana da praça</i>	1. Elaborar histórico da área com foco no seu processo de ocupação.	Texto com figuras e mapas explicativos
	<i>Analisar as características do entorno e compreender as necessidades urbanísticas</i>	2. Levantar usos e atividades formais e informais existentes. 3. Levantar tipos arquitetônicos existentes. 4. Levantar gabaritos existentes. 5. Levantar ano de construção das edificações. 6. Levantar vegetação existente. 7. Levantar fluxos e hierarquia de vias da área.	Mapas, croquis de tipos arquitetônicos, croqui com a volumetria do entorno construído, tabelas e maquete física da área de estudo selecionada.
	<i>Identificar quem é o usuário da praça e Investigar a dimensão simbólica do lugar</i>	8. Elaborar entrevistas com usuários e habitantes do lugar. Observando que aspectos simbólicos podem ser encontrados no processo de evolução urbana da praça.	Fichas com entrevistas.
	<i>Avaliar as funções existentes e potenciais da praça</i>	9. Levantar sombras da(s) área(s) a ser(em) trabalhada(s). 10. Analisar e interpretar todos os itens levantados (1 a 8).	Mapas de sombras, mapas com zoneamentos e texto explicativo.

Figura 1. Tabela demonstrando a estrutura de análise para a elaboração de diagnóstico.

Para Leitão (2008, p. 20) *três ideias básicas sintetizam a ideia de espaço público em sua expressão urbanística: exterioridade, acessibilidade e significado*. Assim, a paisagem do sítio estudado é vista não apenas através da sua materialidade, mas também através dos seus fatos urbanos, que lhe garantem identidade e valor simbólico. Assim, o estudo desenvolvido a partir da

análise apresentada (figura 1) objetiva, além do desenvolvimento dos projetos, introduzir esses princípios.

1. **Exterioridade:** como espaço que surge em oposição ao espaço privado e fechado / restrito da casa, o espaço público dele se diferencia por ser o espaço exterior, aberto / público, de uso comum, tanto no sentido real, físico – a rua, o pátio, a praça, etc. – quanto no sentido simbólico.
2. **Acessibilidade:** é exatamente esta condição que, do ponto de vista territorial, caracteriza o espaço público. É graças a ela, ainda, que um determinado espaço, numa localização específica e definida, se torna, pelo uso que a acessibilidade viabiliza, um espaço comum.
3. **Significado:** espaços públicos costumam estar impregnados de memória, o que lhes garantem um valor simbólico que extrapola em muito a sua função mais visível.

INTERVINDO EM PREEXISTÊNCIAS

Para que o aluno compreenda as formas de intervenção em um determinado sítio analisado e familiarize-se com as diferentes formas de intervenção em estruturas urbanas preexistentes são apresentados a este os três níveis de intervenção nessas estruturas com base nos estudos de Andrade Júnior (2006). Este autor revisou os níveis de intervenção apresentados por Francisco Gracia (1992) e, para o mesmo, as modificações de preexistências arquitetônicas podem ocorrer nos seguintes níveis:

- a) **Modificação interna de edificações preexistentes** que, embora modifique em maior ou menor escala a espacialidade interna do edifício preexistente, preserva a sua configuração urbana (ANDRADE JÚNIOR, 2006, P.41). Esta modificação corresponde à modificação circunscrita definida por Gracia (1992).
- b) **Modificação externa de edificações preexistentes**, em que a configuração urbana do edifício é modificada, seja através de ampliação, complementação de partes faltantes (no caso de ruínas ou de edifícios parcialmente destruídos) ou mesmo de substituição de partes existentes. Corresponde àqueles casos de modificação do lócus apresentados por Gracia que se limitam à intervenção em edifícios preexistentes (ANDRADE JÚNIOR, 2006, P.42).
- c) **Construção de nova edificação em contextos preexistentes**, que corresponde, de uma maneira geral, à nova unidade arquitetônica que surge diretamente vinculada – visual e/ou funcionalmente – a um edifício ou conjunto arquitetônico de valor cultural significativo. Corresponde aos casos de modificação do lócus apresentados por Gracia, desde que digam respeito a novas unidades arquitetônicas (ANDRADE JÚNIOR, 2006, P.42).

O contexto interdisciplinar a ser trabalhado nas duas disciplinas ora em foco (Paisagismo e Intervenções em Sítios Históricos) remete à escolha de se projetar para a *construção de nova edificação em contextos preexistentes*, pois, é proposta ao aluno a elaboração de um projeto de uma nova edificação vinculada a um conjunto arquitetônico culturalmente significativo. A este aluno cabe também intervir em área pública deste mesmo conjunto, conferindo ao projeto a análise de todo o contexto construído.

Apesar de delimitado o foco de trabalho das duas disciplinas com o sendo a *construção de nova edificação em contextos preexistentes* – são apresentados também ao aluno os tipos mais comuns de intervenção sugeridos por Andrade Júnior (2006) para cada nível de intervenção apresentado anteriormente. A importância desta apresentação se dá na medida em que uma determinada intervenção pode corresponder a diversos tipos de intervenção em uma mesma obra. Ou seja, uma mesma edificação histórica pode ser ao mesmo tempo restaurada e ampliada, pertencendo assim a diferentes tipos de intervenções conforme o sugerido por Andrade Júnior.

Assim, os seguintes tipos de intervenções são apresentados segundo classificação que se segue dada pelo autor.

a. Quando o nível de intervenção trata da **modificação interna de edificações preexistentes** as intervenções podem ocorrer segundo os seguintes tipos (ANDRADE JÚNIOR, 2006):

a.1. A **atualização funcional da edificação** acontece quando a função do edifício histórico é mantida, mas se faz necessário alterar a edificação para que esta possa atender novas demandas (decorrentes de: legislações para combate a incêndio, acessibilidade com instalação de elevadores e/ou escadas, etc.) (ANDRADE JÚNIOR, 2006).

a.2. A **adaptação a novos usos ou reciclagem** pode ser frequentemente encontrada nos dias atuais. Esta acontece a partir de novo programa, decorrente de uma nova função atribuída para a edificação histórica alvo de intervenção. Ressalte-se que as intervenções sofridas pelo edifício histórico *passam também pela questão do restauro, sem, contudo, se limitar a ele* (ANDRADE JÚNIOR, 2006, p. 50).

Os principais arquitetos da atualidade têm realizado projetos arquitetônicos que passam pela adaptação de edifícios históricos em novos usos. De Jean Nouvel a ZahaHadid, passando por autores de linguagens tão distintas quanto Rafael Moneo, Richard Meier, Rem Koolhaas, ÁlvaroSiza, Coop Himmelblau e Massimiliano Fuksas, este tipo de projeto tem sido uma constante na produção arquitetônica dos grandes nomes do *international star system* da arquitetura nas última décadas (ANDRADE JÚNIOR, 2006, p. 50).

a.3. A **ampliação interna** pode ser encontrada em intervenções onde ocorre o aumento da área coberta do edifício preexistente, sem necessariamente haver a construção de novos volumes anexos à edificação original. Ocorrendo principalmente em forma de construção de subterrâneos ou de fechamentos de pátios ou praças internas à edificação (ANDRADE JÚNIOR, 2006, p. 94).

b. Quando o nível de intervenção trata da **Modificação externa de edificações preexistentes** as intervenções podem ocorrer segundo os seguintes tipos (ANDRADE JÚNIOR, 2006):

b.1.A **Atualização simbólica ou restyling** corresponde àquelas intervenções realizadas sobre uma edificação que modificam de forma clara a sua configuração externa. Sobre esse tipo de intervenção Andrade Júnior acrescenta:

Evidentemente todas as intervenções de ampliação de edifícios existentes também modificam a sua configuração externa. Entretanto, as intervenções que analisaremos neste momento restringem àquelas em que o edifício não é modificado do ponto de vista de sua volumetria mais geral. O que é modificado – e de forma deliberada – são trechos de sua fachada, ou mesmo são acrescentados elementos que não chegam a caracterizar uma ampliação, mas sim um desejo voluntário do arquiteto de intervir na imagem urbana do edifício, modificando-a (ANDRADE JÚNIOR, 2006, p. 102).

b.2. A **ampliação externa** caracteriza-se por ser uma ampliação da área do edifício histórico de tal forma que esta seja percebida a partir da sua observação no espaço urbano. Não se trata de uma construção em anexo (ANDRADE Júnior, 2006, p. 115).

b.3. A **utilização de ruína** trata das intervenções realizadas em ruínas (ANDRADE Júnior, 2006, p. 129).

c. Quando o nível de intervenção trata da **construção de nova edificação em contextos preexistentes** as intervenções podem ocorrer segundo os seguintes tipos (ANDRADE JÚNIOR, 2006):

c.1. Em forma de **anexo**, quando a intervenção trata da construção de uma nova edificação diretamente ligada ao edifício histórico preexistente (ANDRADE Júnior, 2006, p. 143).

c.2. Em **forma de um novo edifício** em contexto preexistente, quando uma nova construção é construída em terrenos vazios de sítios históricos ou mesmo na vizinhança de monumentos históricos significativos (ANDRADE Júnior, 2006, p. 157).

Sintetizam-se aqui estes tipos de intervenção sugeridos pelo autor e alguns exemplos ilustrativos dados em sala de aula em tabela (figura 2) apresentada a seguir.

NÍVEL DE INTERVENÇÃO	TIPO PRINCIPAL DE INTERVENÇÃO	EXEMPLOS ILUSTRATIVOS
----------------------	-------------------------------	-----------------------

a.Modificação interna de edificações preexistentes	a.1.Atualização funcional ou renovação	Mercado Público de São Paulo. Mercado da Cantareira. Autor: Pedro Paulo Saraiva, 2002/04.
	a.2.Adaptação a novos usos / reciclagem	Museu Rodin. Salvador. Autores:Francisco Fanucci e Marcelo Ferraz. 2002. Galeria Tate de Arte moderna. Londres. Autores: Herzog & De Meuron. 2000
	a.3.Ampliação interna	Pinacoteca São Paulo. Autor: Paulo Mendes da Rocha. 1998.
b.Modificação externa de edificações preexistentes	b.1.Atualização simbólica ou restyling	Cúpula do novo Parlamento alemão. Berlim. Autor: Norman Foster 1992 / 99.
	b.2.Ampliação externa	Ópera de Lyon. França. Autor: Jean Nouvel. 1986 / 93. Hearst Corporation. Nova York. Autor: Norman Foster.
	b.3.Utilização de ruína	Colégio Caraça. Santa Bárbara. Minas Gerais. Autores. Rodrigo Meniconi e Edwiges Leal. 1986/89. Antigo Matadouro Legazpi, nave 17c. Madri. Autores: Arturo Franco e Fabrice Van Teslaar. 2006.
c.Construção de nova edificação em contextos preexistentes	c.1.Anexo	Renovação do Louvre. Paris. Autor: I. M. Pei. 1980. Anexo do Museu Guggenheim. Nova York. Autoria: Gwathmey Siegel. 1986 / 92
	c.2.Edifício em contexto preexistente	Centro Galego de Arte Contemporânea. Santiago de Compostela. Autor: ÁlvaroSiza. 1988 / 93. Museu da Memória. Chile. Autores: Carlos Dias, Lucas Fehr e Mário Figueroa. 2007 / 08.

Figura 2. Tabela síntese com os tipos de intervenção sugeridos por Andrade Júnior (2006).

Para complementar as análises realizadas pelos alunos, estudos de casos dirigidos, tanto no que diz respeito às áreas públicas como em lotes privados, auxiliam na construção da base conceitual e dirigem as propostas projetuais na busca de uma linguagem contemporânea, seja no tocante à arquitetura ou à intervenção paisagística.

Resultados obtidos

Pretende-se como objetivo geral da interligação das duas disciplinas capacitar o futuro arquiteto a elaborar projetos considerando como componente principal a estrutura do meio ambiente construído e suas especificidades. Aprofunda-se, assim, o papel da análise da paisagem como elemento importante na qualificação do espaço, bem como na sua intervenção. Desse modo, reforça- o papel das duas disciplinas que buscam: a) a leitura, a compreensão e a análise crítica da paisagem urbana, b) o desenvolvimento de propostas de intervenção em espaços públicos urbanos, levando em consideração os diferentes agentes e componentes desta paisagem c) a aplicação de teorias de análise da paisagem urbana nas intervenções propostas, por fim, como resultado final, d) fazer com que o aluno atue a partir do diálogo com as preexistências.

No que diz respeito ao desenvolvimento da intervenção arquitetônica propriamente dita, são apresentadas ao aluno as seis abordagens ou categorias de intervenção estabelecida por Andrade Júnior (2006) que podem ser encontradas, como padrões de intervenção difundidos internacionalmente, são elas: a) a arquitetura de contraste radical, b) a arquitetura de contraste pela densidade, c) a arquitetura de contraste no tratamento de superfície, d) a arquitetura contextualista, e) a arquitetura historicista e f) a arquitetura do pastiche. Andrade Júnior assim as define:

- a) **A arquitetura de contraste radical** – *àquelas intervenções que se contrapõem às preexistências em todos – ou quase todos – os seus aspectos (ANDRADE JÚNIOR, 2006, p.222).*
- b) **A arquitetura de contraste pela densidade** – *abordagem que busca referências na arquitetura do entorno no que diz respeito à escala, volumetrias, alinhamentos e outros aspectos (...). De uma maneira geral, a realização de volumes leves em contextos caracterizados por preexistências maciças e densas está diretamente ligada à arquitetura high-tech (ANDRADE JÚNIOR, 2006, p.222).*
- c) **A arquitetura de contraste no tratamento das superfícies** – *corresponde àquela arquitetura de contraste mais sutil, atuando em consonância com as preexistências em seus diversos aspectos, exceto no que se refere às características das superfícies - limites do edifício (ANDRADE JÚNIOR, 2006, p.255).*
- d) **A arquitetura contextualista**– *corresponde àquelas intervenções que, em lugar de simplesmente atuar em contraste com as preexistências ou repetir de maneira literal e anacrônica os seus diversos aspectos formais, buscam reinterpretá-los de maneira criativa e moderna (ANDRADE JÚNIOR, 2006, p.263).*
- e) **A arquitetura historicista** – *aquela que, realizada nos dias de hoje, se submete às preexistências do entorno a ponto de repetir de maneira imitativa – ainda que muitas vezes se utilizando de ironia, da colagem e da manipulação – a sua linguagem arquitetônica (ANDRADE JÚNIOR, 2006, p.297).*

f) **A arquitetura do pastiche** – corresponde às intervenções realizadas sem nenhuma criatividade, onde o arquiteto se limita à imitação da linguagem arquitetônica das preexistências ao projetar um “novo” edifício ou mesmo propõe a reconstrução de uma construção desaparecida (ANDRADE JÚNIOR, 2006, p.310).

Após a apresentação das categorias estabelecidas por Andrade Júnior (2006), tendo como base essas últimas, as professoras apresentam diagramas desenvolvidos nos últimos dois anos nos quais a disciplina de Intervenções em Sítios Históricos tem sido ministrada. Através desses diagramas (figura 3) procura-se resumir as possibilidades mais significativas de relacionamento físico entre preexistência (edifício / objeto existente) e intervenção (nova edificação / novo objeto).

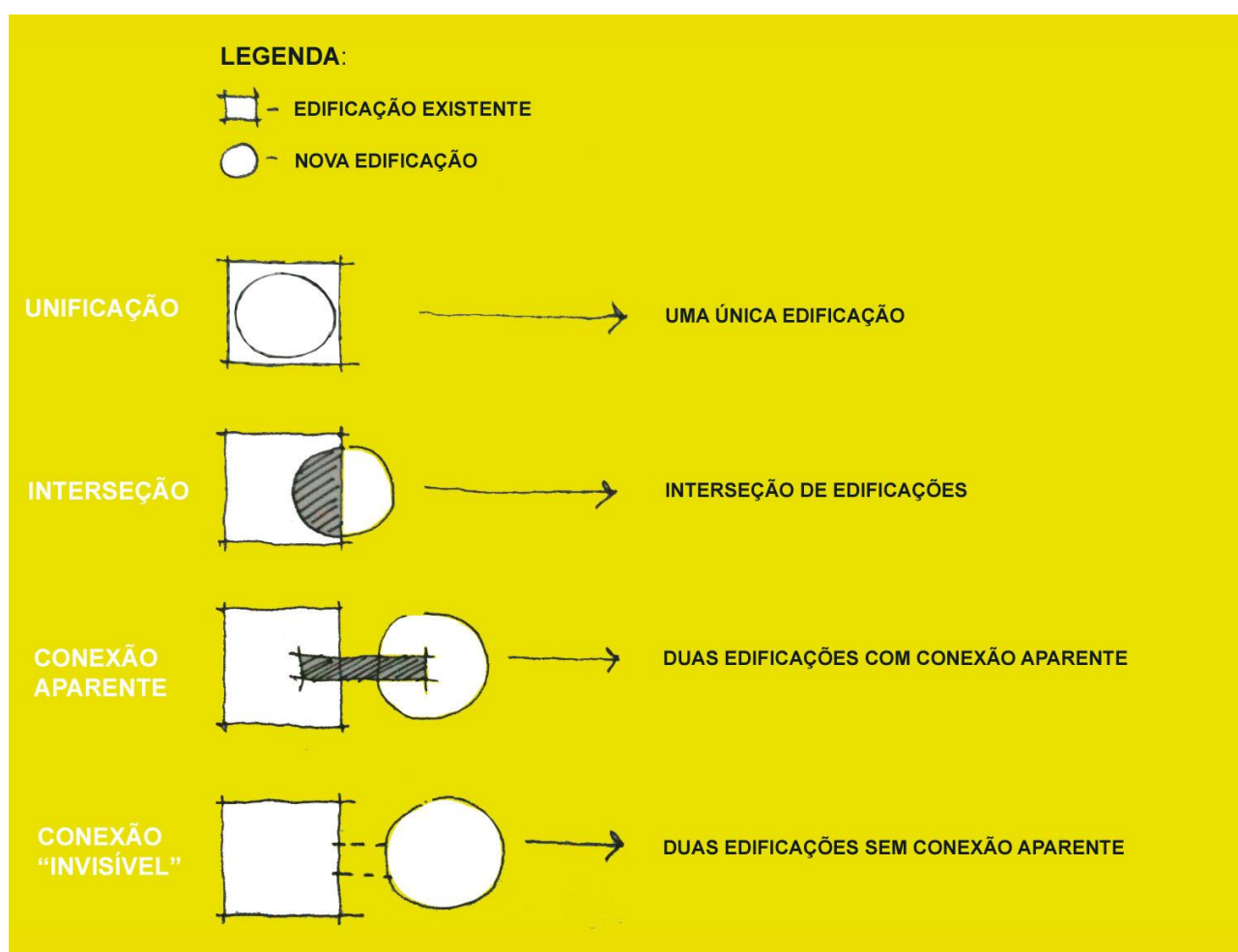


Figura 3. Diagramas que mostram possibilidades de relacionamento físico entre preexistência (edifício / objeto existente) e intervenção (nova edificação / novo objeto). Fonte: elaborado por Ana Luisa Rolim.

O conhecimento das diferentes categorias de intervenção e as discussões levantadas em função dessas diferentes abordagens faz com que o aluno tenha uma análise crítica frente ao contexto preexistente e sua intervenção. Na busca por uma arquitetura de linguagem contemporânea dificilmente são sugeridas soluções com abordagens pastiche ou historicistas.

A experiência de união das duas disciplinas é recente, tendo apenas dois semestres. Para ambas as turmas ministradas, o tipo de intervenção proposto insere-se na classificação de Andrade Júnior (2006) como a construção de nova edificação em contextos preexistentes, ou seja, é solicitado ao aluno que este projete uma nova edificação situada em um sítio histórico existente na cidade e também elabore um projeto paisagístico para área pública imediatamente contígua ou na proximidade do lote onde o novo edifício será projetado. A área de trabalho é escolhida pelas professoras considerando a ideia de patrimônio observada anteriormente.

As duas áreas de intervenção já trabalhadas situam-se no Recife, cidade na qual a disciplina é ministrada, o que facilita a coleta de dados para elaboração do diagnóstico já citado. Tanto alunos como professoras podem fazer visitas frequentes ao local, seja para pesquisa e levantamento de dados ou para elucidação de dúvidas que possam ocorrer durante o período letivo. Sendo assim, essa condição de proximidade relativa à cidade para a qual é proposta a intervenção, facilita o desenvolvimento da metodologia adotada.

Faz-se válido ressaltar que a cidade do Recife possui 33 (trinta e três) zonas de preservação histórica, denominadas ZEPH (Zona Especial de Preservação Histórica). As ZEPH começaram a ser instituídas, por lei, no ano de 1979, através do Decreto nº 13.957 e assim se mantêm através do atual Plano Diretor do município, datado de 2008.

Foram então trabalhados dois trechos do sítio histórico do bairro da Boa Vista, situado na Zona Especial de Preservação Histórica, segundo o Plano Diretor da Cidade do Recife de 2008. Já para o semestre atual, o trecho proposto situa-se no sítio histórico dos bairros de Santo Antonio e São José (situado na Zona Especial de Preservação Histórica 10, segundo o Plano Diretor da Cidade do Recife de 2008).

Croquis e maquetes são elaborados no decorrer das disciplinas utilizando-se de uma base única, que corresponde ao trecho do sítio histórico onde as intervenções de ambas as disciplinas de Paisagismo e de Intervenções em Sítios Históricos são realizadas. O produto final atinge ao nível de anteprojeto arquitetônico para as duas disciplinas (figuras 4 a 14).

Agregado a tal produto é solicitado aos alunos a construção de um memorial justificativo com base em posturas teóricas e enquadramento em conceitos antes compreendidos, através do conhecimento da prática dos teóricos da restauração e das cartas patrimoniais estudadas. Tal memorial é apresentado de maneira ilustrada, a partir de estudos de caso e suas análises.

Na construção do memorial descritivo, os alunos exploram também os conceitos apreendidos na disciplina de Técnicas Retrospectivas. Tal disciplina acontece no mesmo semestre das duas disciplinas em questão, o que contribui para a sedimentação de conceitos teóricos aplicados à prática projetual.

Refletir sobre a importância da interdisciplinaridade no processo de ensino e aprendizagem no Ensino Superior é considerado pelas autoras a principal premissa deste artigo. Tal ação pode auxiliar na dissociação do conhecimento produzido e orientar a produção de uma nova forma de conhecimento. Mediante o desejo de superação da fragmentação de conteúdos, a interdisciplinaridade é entendida como condição necessária para a melhoria da qualidade do ensino superior. Inserir tal proposta na universidade requer profundas mudanças na vida acadêmica, principalmente na relação de aproximação necessária do corpo docente.



Figura 4. Estudos em maquete. Sítio Histórico da Boa Vista, 2010, 2º semestre. Foto: Nóbrega.

Figura 5. Estudos em maquete. Sítio Histórico da Boa Vista, 2010, 2º semestre. Foto: Nóbrega.



Figura 6. Estudo em maquete. Sítio Histórico da Boa Vista, 2010, 2º semestre. Foto: Nóbrega



Figura 7. Estudo em maquete. Sítio Histórico da Boa Vista, 2010, 2º semestre. Foto: Nóbrega.

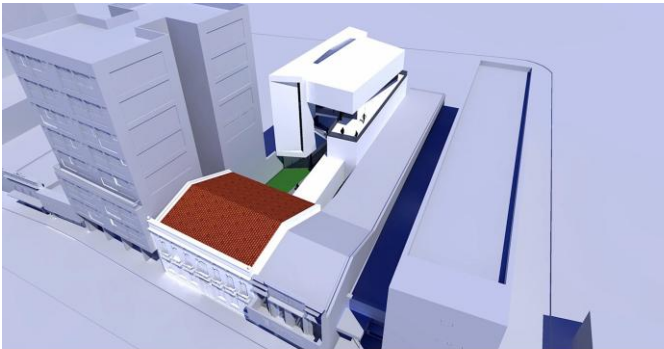


Figura 8. Maquete eletrônica. Sítio Histórico da Boa Vista, 2010, 2º semestre. Fonte: imagens cedidas pelo autor.



Figura 9. Estudo em maquete. Sítio Histórico da Boa Vista, 2011, 1º semestre. Foto: Nóbrega.



Figura 10. Maquete eletrônica. Sítio Histórico da Boa Vista, 2011, 1º semestre. Fonte: imagem cedida pelo autor.



Figura 11. Maquete eletrônica. Sítio Histórico da Boa Vista, 2011, 1º semestre. Fonte: imagem cedida pelo autor.



Figura 12. Maquete eletrônica. Sítio Histórico da Boa Vista, 2011, 1º semestre. Fonte: imagem cedida pelo autor.



Figura 13. Estudo em maquete. Sítio Histórico da Boa Vista, 2011, 1º semestre. Foto: Nóbrega.



Figura 14. Maquete eletrônica. Sítio Histórico da Boa Vista, 2011, 1º semestre. Fonte: imagem cedida pelo autor.

Referências

ANDRADE JÚNIOR, Nivaldo Oliveira. **Metamorfose Arquitetônica. Intervenções projetuais contemporâneas sobre o patrimônio edificado**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia: Salvador, 2006.

CESARE, Brandi. **Teoria da Restauração**. Ateliê Editorial. São Paulo, 2004.

CURY, Isabelle (org.). **Cartas Patrimoniais**. Edições do patrimônio. IPHAN. Rio de Janeiro, 2000

GRACIA, Francisco. **Construir enLoConstruido. La arquitectura como modificación**. Editora Nerea . Madri, 1992.

HALL, Stuart. **Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. DP&A Editora. Rio de Janeiro, 2006.

LEITÃO, Lúcia (org.). **As praças que agente tem. As praças que agente quer: manual de procedimentos para intervenção em praças**. Prefeitura do Recife, Secretaria de Planejamento, Diretoria de Urbanismo. Recife, 2000

RECIFE. Decreto nº 13.957 / 1979. In: PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Preservação de Sítios Históricos**. Recife, 1981. p. 13-15

_____. Lei Municipal nº 17.511 / 2008. **Diário Oficial da União**, Recife, 2008.